

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Flávio Fernandes Carvalho¹
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz²

RESUMO

Neste artigo, analisam-se discursos produzidos na imprensa oitocentista relacionados à construção da memória de Lívio Lopes Castelo Branco, fazendeiro e político liberal que se envolveu na Balaiada. Tratamos da criação do jornal *O Telégrafo*, das motivações para seu aparecimento, e analisamos as diversas representações negativas sobre o político. Discutimos, a partir dos escritos de Lívio Lopes, como ele enfrentou as agressões dos conservadores e os seus próprios ressentimentos, bem como as tentativas de criação de uma memória que confrontasse aquela veiculada sobre ele na imprensa. Na elaboração do trabalho, foram utilizados como fontes os jornais *O Telégrafo*, *O Repúblico*, *O Grito Nacional* e ainda os *Anais do Parlamento Brasileiro*. Quanto à historiografia, dialoga-se com DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) e POLLAK (1989).

Palavras-chave: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Política. Memória.

THE SEVERAL MEMORIES OF LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: politics and resentments inscribed in the nineteenth century press

ABSTRACT

In this article, we analyze discourses produced in the nineteenth century press related to the construction of the memory of Lívio Lopes Castelo Branco, a farmer and liberal politician who was involved in Balaiada. We deal with the creation of the newspaper *O Telégrafo*, the reasons for its appearance, and analyze the various negative representations of Lívio Lopes Castelo Branco. Based on the writings of Lívio Lopes, we discuss how he faced the aggressions of conservatives and his own resentments, as well as the attempts to create a memory that would confront the one published about him in the press. In preparing the work, the newspapers *O Telégrafo*, *O Repúblico*, *O Grito Nacional* and *the Annals of the Brazilian Parliament* were used as sources. As for historiography, we dialogued with DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) and POLLAK (1989).

Keywords: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Policy. Memory.

LAS VARIAS MEMORIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política y resentimientos inscritos en la prensa ochocentista

RESUMEN

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. flaviocarvalho540@gmail.com
² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. teresinhaqueiroz@bol.com.br
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

En este artículo, se analizan discursos producidos en la prensa ochocentista relacionados a la construcción de la memoria de Livio Lopes Castelo Branco, granjero y político liberal que se involucró en la Balaiada. Tratamos de la creación del periódico *El Telégrafo*, de las motivaciones para su aparición, y analizamos las diversas representaciones negativas sobre lo político. Discutimos, a partir de los escritos de Lívio Lopes, cómo él enfrentó las agresiones de los conservadores y sus propios resentimientos, así como los intentos así como las tentativas de creación de una memoria que confrotara aquella vehiculación sobre él en la prensa. En la elaboración del trabajo, fueron utilizados como fuentes los periódicos *El Telégrafo*, *El Republico*, *El Grito Nacional* y también *Los Anales del Parlamento Brasileño*. En cuanto a la historiografía, dialoga con DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) y POLLAK (1989).

Palabras clave: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Política. Memória.

INTRODUÇÃO

No Brasil oitocentista, quando surge a imprensa, ela já pode ser definida por suas “lentes” políticas.³ No Piauí, o processo não foi diferente. A imprensa torna-se veículo de fundamental importância para formação e manutenção dos grupos políticos, que criam os jornais para sua propaganda e defesa. As informações encontradas nessas folhas eram variadas, trazendo notícias referentes a acontecimentos de todo o Império, do exterior, além de abordar assuntos governamentais. Entretanto, uma página ou outra era destinada às polêmicas, envolvendo trâmites das políticas local e regional e até mesmo disputas de cunho pessoal.

Ao analisar jornais que circulavam no Piauí e em outras províncias, observamos aspectos relacionados à vida social e cultural, mas verificamos também que as fontes hemerográficas possibilitam o estudo das questões políticas. O jornal *O Telégrafo*, por exemplo, favorece o entendimento da dinâmica social piauiense ao tempo da Balaiada e, sobretudo, constrói e preserva conjunto de representações em torno daquele evento. Entretanto, é preciso que tenhamos cuidado ao utilizar esse tipo de documentação, pois, embora a imprensa atual guarde algumas “permanências”, a imprensa oitocentista tem suas especificidades, o que requer cautela e atenção ao analisarmos suas matérias.

O Telégrafo, que circulou em Oeiras de 1839 a 1840, já nasce como lugar de memória, pois foi criado com a intencionalidade de narrar os acontecimentos da Balaiada. A análise do jornal evidencia que sua feitura atendia ao partido do presidente da província, Manoel de Sousa Martins – Barão e depois Visconde da Parnaíba.⁴

³ RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

⁴ Militar e político brasileiro, primeiro Barão e Visconde com grandeza da Parnaíba. Nasceu na fazenda Serra Vermelha, Oeiras, Piauí, no dia 8 de dezembro de 1767 e morreu em Oeiras, em 20 de fevereiro de 1856. Foi um Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Os escritos de *O Telégrafo* estão marcados por fortes interesses políticos e pessoais. Assim, o jornal descrevia a revolta a partir da voz do Estado imperial, ou seja, apresentando e defendendo o conjunto de instituições que representava as normas, as leis, e que carregava as insígnias do poder e da verdade a ser legitimada.

Buscamos, neste texto, utilizar referências conceituais do campo da Memória. Essa escolha teórico-metodológica de construção da narrativa nos ajuda a compreender os modos de acontecer na história, bem como os processos que possibilitam a eternização de certos fatos e versões. Contudo, sendo o campo das relações entre História e Memória muito abrangente e complexo, debruçamo-nos apenas em uma cautelosa análise de alguns textos clássicos e que se propuseram a discutir essas relações interdisciplinares. Centramos nossa análise principalmente em Paul Ricoeur⁵ e Michael Pollak.⁶

A partir dessa problemática, procuramos desenvolver estudo que visasse contemplar essas articulações da Memória com a História, propondo essa discussão por meio do estudo da construção da memória de um sujeito que participou da Balaiada, revolta popular iniciada em 1839, nas províncias do Maranhão e do Piauí. Na sequência, seguimos os passos de Lívio Lopes Castelo Branco,⁷ priorizando as memórias diversas e conflitantes que foram sendo produzidas durante e depois de seu envolvimento na Balaiada.

O DISCURSO MEMORIALÍSTICO DE *O TELÉGRAFO*

Oeiras, a capital da província do Piauí, comparada a capitais como Belém, Recife e São Luís, não passava de uma vila pequena e monótona. Como poucas pessoas sabiam ler e escrever, podemos imaginar que não havia grande interesse na circulação de jornais. Por ser a ruralidade

dos mais importantes personagens da independência do Brasil na província do Piauí e presidente da província por quase duas décadas. Filho de Manuel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Jesus. Casou-se com sua prima D. Josefa Maria dos Santos.

⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas(SP): Editora da Unicamp, 2007.

⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁷ Lívio Lopes Castelo Branco iniciou cedo na vida política provincial. Desejoso de elevar-se a nível nacional, juntamente com o Partido Liberal, do qual era um dos principais líderes no Piauí, buscava sua glória na derrocada de Manoel de Sousa Martins. Nascido em 11 de setembro de 1811, em Santo Antônio de Campo Maior, era filho de Antônio Lopes Castelo Branco e Silva e Ana Liduína Rosa de São José. Casou-se em 15 de junho de 1834, na vila de Campo Maior, com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco. Foi rábula, vereador, juiz de paz, promotor público, coronel da Guarda Nacional, entre outras atribuições. Embora tenha exercido variadas ocupações notórias, morreu sozinho, em Parnaíba, no dia 5 de dezembro de 1869.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

característica dominante nessa sociedade de base agropecuária, as vilas tinham incipiente população fixa e não poderiam sequer serem definidas como centros urbanos.⁸

Estudiosos como Odilon Nunes e Claudete Dias apresentam a capitania do Piauí como uma grande fazenda de gado, com população espalhada pelo vasto território e ligada pelos caminhos dos rebanhos. Segundo Dias,⁹ nessa grande fazenda não havia escolas e hospitais, e o comércio era centralizado nas feiras. Tratava-se de uma sociedade sem oferta de serviços educacionais. Escolas de instrução primária e religiosa não funcionavam, tanto por falta de condições humanas como materiais. No ano de 1815, apesar das várias escolas criadas, elas não funcionavam no Piauí. O não atendimento às numerosas demandas de criação de escolas, provavelmente, devia-se ao descaso dos primeiros governos pela instrução popular e à valorização do aparato militar.¹⁰

Assim como ocorreu com as escolas, a imprensa também se instalou tardiamente no Piauí. Somente em 1832, circulou o primeiro jornal intitulado *Piauiense*. Esse jornal destinava-se a publicar atos oficiais, e era redigido pelo professor Amaro Gomes de Santos e possivelmente pelo Pe. Antônio Pereira Pinto Lago.¹¹ Com relação à circulação do jornal *Piauiense*, não dispomos de informação precisa, entretanto, podemos afirmar que teve circulação efêmera. Segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco, o maquinário dessa tipografia viera da Bahia trazido pelo padre Antônio Fernandes da Silveira, e o jornal era editado na Tipografia Silveira e Cia., que depois passara a ser Tipografia Provincial e alguns anos depois Tipografia Saquarema,¹² o que revela a relação íntima dos redatores com os interesses dos conservadores da província, em especial o presidente Manoel de Sousa Martins. Em sua pesquisa sobre a imprensa piauiense no período regencial, Castelo Branco afirma que “as informações coletadas em trabalhos de cunho historiográfico dão conta de que o periódico circulou, pelo menos, até março de 1833.”¹³

Quase uma década após o aparecimento do primeiro jornal no Piauí, foi criado, em 1839, na capital Oeiras, o jornal *O Telégrafo*, sob a supervisão de Francisco José Fialho. Essa folha tinha caráter político muito bem definido, e seu objetivo principal era influenciar a opinião

⁸ DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaio e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. 3 ed. rev. atual. Teresina: EDUFPI, 2014.

⁹ DIAS, 2014.

¹⁰ DIAS, 2014.

¹¹ RÊGO, 2001.

¹² CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí, no Período Regencial e início do Segundo Reinado. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 19-50.

¹³ CASTELO BRANCO, 2020, p. 26.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

pública em favor da política oligárquica do Barão da Parnaíba, que colocava todo seu empenho e força na tentativa de sufocar o movimento Balaiada.¹⁴ Portanto, o jornal nasceu em uma conjuntura político-social tensionada por um governo autoritário e despótico em uma sociedade marcada por sucessivas alterações institucionais, legais e administrativas, que desagradavam a muitos. Insatisfeita, parte da população aderiu facilmente ao movimento.

O jornal *O Telégrafo* era impresso duas vezes por semana, todas as segundas e quintas, na Tipografia Provincial, em Oeiras. Por essa periodicidade – bissemanal –, podemos perceber o alcance das preocupações do Barão da Parnaíba, que investiu na circulação do periódico, com o fim de informar, ao seu modo, sobre a Balaiada e suas consequências.

Com a deflagração da Balaiada no Maranhão e praticamente ao mesmo tempo no Piauí, Lívio Lopes Castelo Branco resolveu aliar-se aos rebeldes, na tentativa de conseguir conquistar seus objetivos particulares, políticos e familiares. Contudo, com essa adesão à Balaiada, Lívio Lopes passou a ser perseguido pela família Sousa Martins, em especial pelo presidente da província, Manoel de Sousa Martins.

A rivalidade entre as famílias Castelo Branco e Sousa Martins já era visível, desde os primeiros anos de administração do Barão da Parnaíba, muito embora essas tensões ainda não fossem exacerbadas. Contudo, com a participação de Lívio Lopes na Balaiada, essa rivalidade se intensificou e ultrapassou o campo das civilidades e das aparências. Desse modo:

O conflito entre os grandes clãs familiares extrapolou o caráter político e administrativo, passou a ser uma questão pessoal, principalmente, por parte do Barão da Parnaíba. Lívio acabou por receber toda a culpa da deflagração do movimento no Piauí, embora não tenha tido toda essa participação que lhe foi atribuída.¹⁵

Como mencionado acima, no ano que estourou o movimento no Piauí, fora criado, a mando do então presidente, um jornal, com o objetivo de relatar as informações acerca da Balaiada. Tratava-se de prática comum, por ser o jornal um veículo cujas funções eram mais largas que a mera transmissão de informação, era também um dispositivo na construção da opinião pública. Embora a população piauiense fosse pouco alfabetizada, essas informações eram consumidas rapidamente, primeiro pela leitura e depois passadas boca-a-boca.

¹⁴ RÊGO, 2001.

¹⁵ CARVALHO, Flávio Fernandes. **Imprensa, política e sociedade**: memória e representação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva: 1839-1869. 2019. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. p. 30.

Como dito, o jornal *O Telégrafo* exercia várias funções. Uma delas era o caráter pedagógico e informativo, no sentido de aconselhar a população sobre as possíveis inverdades transmitidas pela imprensa do Maranhão e que alcançavam diretamente o Piauí. Segundo Maria Amélia Freitas Mendes Oliveira, no Maranhão havia jornais que exerciam as mesmas funções do *O Telégrafo*. Esses jornais, contudo, respondiam ao partido vencido – liberal ou bem-te-vi, que fazia forte oposição ao governo conservador, vitorioso:

Na turbulenta eleição de 1836 vai vitorioso o Partido Cabano, que recrudescer as perseguições e o massacre das oposições liberais. Esta verdadeira guerra partidária é transposta e alimentada por meia dúzia de jornais de São Luís. Estes passam a exercer importante função na escalada de exaltação dos ânimos. Na época os jornais que circulavam no Piauí eram justamente aqueles maranhenses. As ideias veiculadas pelo *O Bem-te-vi*, de Rafael de Carvalho, e pela *Crônica Maranhense*, de João Francisco Lisboa, ambos a serviço do Partido Liberal e de extremada oposição ao governo, provocaram intensa reação e não deixaram de subverter os ânimos da comunidade piauiense, tão ligada ao Maranhão.¹⁶

Segundo Castelo Branco, foi escolha dos redatores iniciarem a narrativa da guerra em curso retrocedendo no tempo, na tentativa de estabelecer balizas enunciativas sobre os fatos. Além do que, havia também o intuito de construir uma narrativa que heroicizasse Manoel Clementino de Sousa Martins¹⁷ e desprestigiasse Lívio Lopes Castelo Branco. Aponta, ainda, ser objetivo central do jornal informar a população sobre a Balaiada deslegitimando os adversários, priorizando, de início, a desconstrução dos homens da elite que colocavam em risco o domínio do Barão da Parnaíba, o então presidente da província.¹⁸

Seguindo essa lógica, Flávio Fernandes Carvalho salienta:

O desejo do Barão da Parnaíba não era simplesmente criar um jornal para deixar a pequena população letrada informada dos acontecimentos. Mas, acreditamos, que a criação do jornal revela um Barão da Parnaíba temeroso, principalmente com a proporção que o movimento tomara, no Maranhão. Além disso, era preciso um jornal que rivalizasse com os jornais maranhenses

¹⁶ OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. **A Balaiada no Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p. 68.

¹⁷ Sobrinho, afilhado e genro do Barão da Parnaíba, ofereceu-se como voluntário e formou, com expressiva parte dos filhos-família da região, o contingente que atuou nos primeiros momentos da repressão à Balaiada, em seu início mais ativa no território maranhense. Era militar já experimentado nas lutas pela Independência (PI e MA), na revolta de Pinto Madeira (CE) e na repressão aos restauradores pernambucanos. Tinha fama de bravo e temerário. Nasceu em 1799 e faleceu no combate no Baixão, em território maranhense, no dia 14 de setembro de 1839. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1835 e de 1837. Sua memória, assim como a do Barão da Parnaíba, tem sido objeto de permanente interesse dos historiadores, escritores e memorialistas piauienses.

¹⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Balaiada e as disputas de memória das elites políticas do Piauí oitocentista. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, ano 180, n. 481, p. 41-70, set./dez. 2019.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

que exerciam forte influência na elite piauiense. E, a partir das notícias publicadas nesse jornal, heroicizar aqueles que, para o Barão, deveriam ser reconhecidos como heróis, demonizar aqueles que precisavam ser demonizados.¹⁹

O uso da imprensa pode ser muito oportuno nas disputas de memória, ou na construção de uma memória. Os estudos de Pierre Achard²⁰ no campo da linguística, mais precisamente na análise de discurso, ajuda-nos a entender essa relação. O jornal aparece aqui como um lugar de repetição, um local de poder, que a partir das intenções de seus redatores, ou do interesse daqueles para quem estão a serviço, desempenha esse papel de construtor de memória, seja ela positiva ou negativa.

Foi esse o mecanismo adotado por Manoel de Sousa Martins. Apoiou-se na imprensa para criar um discurso a ser repetido em diversos lugares, e usou essa repetição para enquadrar uma memória e construir uma regularidade e um padrão informativo. Podemos afirmar que *O Telégrafo*, para o Barão da Parnaíba, era não somente um divulgador de discursos, mas também um lugar de produção de memória.

Pierre Nora,²¹ cujos trabalhos contribuem no campo da memória em diferentes dimensões, ajuda-nos a entender um periódico enquanto espaço de poder e lugar de memória. Considera que, para que um objeto, pessoa, ou lugar, ou qualquer fenômeno (noção husserliana),²² seja um lugar de memória faz-se necessária a ocorrência de uma tríplice articulação de sentidos: material, simbólico e funcional.

Não há dúvidas de que *O Telégrafo* representava, para o Barão da Parnaíba, um lugar de memória. Suas intenções eram nítidas. O jornal, enquanto objeto material, exercia uma função particular e sobretudo política, e possuía uma simbologia. Sua feitura extrapolava a transmissão de informações e mesmo o sentido imediato da resolução de uma revolta na província; nas folhas também ecoavam dores e ressentimentos,²³ sobretudo porque Manoel de Sousa Martins creditava a Lívio Lopes a entrada do Piauí na Balaiada, além da morte de seu sobrinho, genro e afilhado:

Quando Manoel Clementino de Sousa Martins morreu, o ódio de seu tio, Barão da Parnaíba, contra Lívio, cresceu ainda mais. Não se sabe ao certo

¹⁹ CARVALHO, 2019, p. 19.

²⁰ ACHARD, Pierre (et al.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.

²¹ NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. História, São Paulo, 1993.

²² Husserl foi um filósofo alemão que se preocupou em resguardar os estudos filosóficos de forte crítica na virada do século XIX, derivada da difusão e aceitação do conhecimento científico e dos estudos do psicologismo. Desenvolveu e atualizou os estudos filosóficos, sendo tipo como o criador da Fenomenologia.

²³ Sobre a Balaiada e a construção de uma memória ressentida, cf. QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memória em **A Balaiada**, de Clodoaldo Freitas. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antônio (Orgs.). **Tempo e Memória**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 243-274.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

quem matou Manoel Clementino, entretanto, a culpa caiu totalmente sobre Lívio. Sabemos que Manoel Clementino morreu no campo de batalha, mas não é possível apontar quem o matou. Acreditamos que são poucas as chances de Lívio tê-lo matado. O próprio *O Telégrafo*, ao descrever a morte heroica de Manoel Clementino, afirmava que este, ao ter corrido de forma imprudente e sozinho, rumo aos balaios, fora baleado.²⁴

Enquanto o jornal heroicizava Manoel Clementino, o contrário era feito com relação a Lívio Lopes, tendo em vista que o que constava em *O Telégrafo* sobre ele era desonroso e motivo de vergonha. Do ponto de vista de Lívio Lopes, seu desejo talvez fosse o de afogar o jornal no rio Lete, o rio do esquecimento, certamente ensejava que todas as folhas fossem queimadas, apagadas, destruídas. Com isso revelamos um aspecto importante acerca dos lugares das memórias: eles são lugares significados, marcados por sentidos, e esses sentidos são diversos. Assim, os acontecimentos só se tornam lugares de memória a partir da atribuição de significados distintos dados pelos sujeitos.

Desse modo, podemos atribuir ao jornal *O Telégrafo* um importante feito: o de preservar uma certa memória de um tempo de disputas. O objetivo perseguido pelo Barão da Parnaíba, o de construir uma memória que desprestigiasse Lívio Lopes Castelo Branco, consolidando um discurso em que ele era tido como covarde, fraco, rebelde, insurgente, bárbaro, ingrato, entre tantos outros adjetivos depreciativos, foi um discurso que se perpetuou após a Balaiada e marcará toda trajetória de vida do político campo-maiorense. Cabe aos historiadores explicitarem os termos dessa construção discursiva.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO

Para além da função de criação de um discurso e sua repetição, *O Telégrafo* foi utilizado como veículo de divulgação de uma memória oficial, tendo em vista que, na condição de administrador da província do Piauí e delegado do governo imperial, Manoel de Sousa Martins acabou por produzir uma memória coletiva e oficial a respeito de Lívio Lopes Castelo Branco como sendo responsável direto pela ocorrência da Balaiada no Piauí, e pelas desgraças que assolaram a província entre 1839 e 1841. Apresentamos parte da performance de Lívio Lopes no início e durante o conflito:

Por se tratar de um grande fazendeiro de família prestigiada, rico e que estava envolvido nos trâmites da política piauiense, Lívio foi se tornando, naquele

²⁴ CARVALHO, 2019, p. 30.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

momento, a grande figura da Balaiada no Piauí, sempre representado como o *chefe dos de maior influência* das forças *facciosas*. [...] Lívio Lopes Castelo Branco aderiu ao movimento em 1839, ano em que também se retirou. Muito embora outros participantes da Balaiada que entraram no movimento, desde o início, como o caso do vaqueiro Raimundo Gomes – o responsável por estourar o movimento na vila da Manga –, e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira – fabricante de balaio –, de onde veio o nome que batizou o movimento, fossem figuras importantes, era o nome do Lívio que sempre aparecia estampado nas folhas do jornal, apontado como um dos grandes chefes e influenciadores do movimento.²⁵ (grifos do autor).

Ao propormos o uso do conceito de memória coletiva, afastamo-nos de Maurice Halbwachs,²⁶ que sugere uma memória coletiva harmoniosa, dotada de coesão social, favorecedora da continuidade e da estabilidade dos grupos. Aproximamo-nos de Michael Pollak, com sua ideia de enquadramento de memória, e, ainda, de Paul Ricoeur, quando identifica os três sujeitos de atribuição da lembrança: o eu, os coletivos e os próximos.

Paul Ricoeur, ao pensar os próximos como caminho relacional entre os indivíduos e os coletivos, colabora no entendimento de que há a possibilidade de enquadramento de memórias compartilhadas entre sujeitos próximos. Em *O Telégrafo*, podemos observar que o esforço do Barão da Parnaíba de consolidar uma memória depreciativa de Lívio Lopes, levou ao envolvimento de todo seu grupo familiar e político. A forma como Lívio Lopes é representado em *O Telégrafo* e em diversos jornais posteriores é um exemplo de como as memórias atravessam o si – o Barão, os próximos – seu grupo familiar e amigos, e os coletivos – diversos grupos políticos representados na Corte imperial e em outras províncias.

No dia 22 de fevereiro de 1843,²⁷ em discurso proferido no Parlamento, no Rio de Janeiro, quatro anos após sua participação efetiva na Balaiada, e já anistiado, Lívio Lopes foi descrito da seguinte maneira:

Continuando seu depoimento, afirmou que, em dias do mês de junho de 1842, apareceu no Exu, José Lourenço de Castro e Silva, trazendo em sua companhia o célebre desordeiro Lívio Lopes Castelo Branco e outros. Disse que haviam espalhado terror nos habitantes daquele lugar, pois traziam com eles um plano revolucionário, principalmente por ter saído José Lourenço da Corte, que era foco da facção anarquizadora e da província de São Paulo, que já estava rebelada.

Segundo, ainda, seu testemunho, ele mesmo temera pela tranquilidade pública do país, pois não podia supor que a oposição fosse tão desvairada, tão louca, que tramasse uma revolução. Dizia que temeu muito, ainda mais vendo José Lourenço acompanhado por Lívio no Exu. Falava que essas suas conjecturas,

²⁵ CARVALHO, 2019, p. 28.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁷ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. Sessão de 22 de fevereiro de 1843. p. 826-829.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

tomaram maior força, quando viu que os primeiros passos de José Lourenço foi fazer convite a várias pessoas de sua comarca, pessoas reconhecidas como partidárias do senador Alencar, as quais se reuniram no Exu.²⁸

Como observamos, a memória construída ainda em 1839, de um Lívio rebelde, desordeiro, faccioso, insurgente, continuava a ser ecoada nos grupos de oposição ao Partido Liberal, do qual Lívio fazia parte e em que militava. Trata-se de fato, de uma memória enquadrada, forjada, manipulada pelo grupo vencedor. Recorremos novamente a Paul Ricoeur, quando discute os usos e abusos da memória e mais precisamente a memória manipulada. Ricoeur salienta o abuso dessa memória manipulada, pois trata-se de uma memória que está a serviço dos jogos de interesse e das ideologias. O sujeito dotado de poder, ou alguma instituição, utiliza-se desse poder para moldar, enquadrar e manipular a memória ao seu modo, colocando-a na dimensão de memória oficial, uma memória, geralmente, dos vencedores²⁹.

No caso de Lívio Lopes e a citação de trajetos da sua vida no Parlamento, temos:

Além disso, acrescentou outra circunstância. Afirmou que, quando apareceu José Lourenço no Exu, perguntavam-se: o que vem fazer este homem em lugares tão remotos? Respondiam que ele trazia cartas de recomendação do presidente do Rio Grande do Norte para o Visconde da Paraíba. Ele julgava que isso não era possível, pois trazia consigo Lívio Lopes Castelo Branco, pessoa que assassinara um sobrinho e genro do Visconde e irmão de um colega, deputado pelo Ceará.³⁰

Embora a criação de *O Telégrafo* e a participação de Lívio Lopes na Balaiada, e depois no ajuntamento do Exu, tenham sido os primeiros marcos desse enquadramento de sua memória, esses não podem ser pensados como os únicos. Lívio, por ser um sujeito atuante no campo do direito, na imprensa e na política, conquistou um grande número de desafetos, pessoas geralmente ligadas aos grupos conservadores, tanto da província quanto do Império brasileiro.

O histórico das famílias Alencar no Pernambuco, os Lourenço de Castro e Silva no Ceará, e os Castelo Branco no Piauí, além de várias outras famílias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, revelam teias de relações muito bem articuladas, tanto na esfera local, como na esfera regional, que buscavam unir forças na política regional e na burocracia local no intuito de rivalizarem com as demais oligarquias num cenário nacional.

As sessões do Parlamento na Corte, no Rio de Janeiro, era o ápice da rivalidade entre esses grupos políticos. Enquanto nas províncias,

²⁸ CARVALHO, 2019, p. 38.

²⁹ RICOEUR, 2007, p. 93-99.

³⁰ CARVALHO, 2019, p. 39.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

principalmente, durante as eleições, havia forte confronto entre esses grupos, ocasionando lutas, atentados, polêmicas em jornais, batalhas campais, fraudes e assassinatos, na Corte, onde as aparências eram indispensáveis, as disputas ficavam na esfera da lãbia, influências e articulações políticas.³¹

A rede de comunicação criada a partir dos jornais, tanto entre os liberais, quanto entre os conservadores, servia de propulsora da divulgação desses discursos. No ano de 1844, com a chegada das eleições provinciais para escolha de deputados, Lívio retornou ao Piauí com a ambição de auxiliar José Ildefonso de Sousa Ramos³² nas eleições piauienses, ativando forte oposição ao então presidente Conde do Rio Pardo,³³ que estava a serviço do agora Visconde da Parnaíba.

Mais uma vez o cenário conflituoso estava posto, e as disputas e ressentimentos políticos exacerbavam-se mais uma vez, colocando Lívio Lopes e o Visconde da Parnaíba frente a frente. Ocorridas as eleições de 1844, vence o grupo apoiado por Lívio Lopes. Entretanto, no momento da votação no Parlamento do parecer dado pela Comissão de Poderes, as rivalidades na Corte fizeram com que a emissão do parecer fosse adiada:

Contudo, ao chegar o parecer na câmara, para ser votado a sua validação, alguns deputados mediante as informações de que houve duplicata e de que havia saído Lívio Lopes do Maranhão, com um grupo, para perturbar as eleições no Piauí, julgaram que o parecer da comissão deveria ser adiado para que outros documentos referentes a essa eleição fossem analisados, a fim de terem certeza de que não houvera, de fato, uma eleição fraudulenta.³⁴

Mais uma vez podemos observar uma discussão em que Lívio Lopes aparece associado a revolta, perturbação da ordem e fraude eleitoral. Esse fragmento é apenas um dos vários em que ele é citado em debates no parlamento imperial brasileiro. Na sessão de 12 de abril de 1845,³⁵ um deputado liberal do Maranhão vem em auxílio de Lívio. Jansen do Paço afirmou que Lívio fora ao Piauí a pedido do José Ildefonso para ajudá-lo nas eleições, já que o Conde do Rio Pardo havia se aliado ao Visconde da Parnaíba, e que as ações de Lívio foram legais e não provocaram perturbações.

³¹ CARVALHO, 2019, p. 43.

³² José Ildefonso de Sousa Ramos nasceu em Baependi (MG), em 28 de setembro de 1812, e faleceu em 23 de julho de 1883, no Rio de Janeiro. Advogado, político e fazendeiro. Foi deputado geral, senador e ministro da Justiça. Presidiu as províncias do Piauí, Minas Gerais e Pernambuco.

³³ Militar e político, Tomás Joaquim Pereira Valente nasceu em Porto, Portugal, em torno de 1790, e faleceu no Rio de Janeiro em 1849. Governou a província do Piauí de 9 de setembro de 1844 a 20 de julho de 1845.

³⁴ CARVALHO, 2019, p. 46.

³⁵ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. Sessão de 12 de abril de 1845. p. 576-584.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

Em 24 de maio de 1846, o *Jornal Caxiense*³⁶ informou que passava a circular mais um periódico em Caxias, publicado na tipografia do Sr. João da Silva Leite. Esse periódico era denominado *O Liberal Piauiense*. Os redatores do *Jornal Caxiense* classificavam *O Liberal Piauiense* como pertencente ao partido ministerial, e que se tratava de órgão de um partido que há muito tempo procurava se mostrar, no Piauí.³⁷ Dizia ainda o *Jornal Caxiense* que o referido periódico traria uma nova época ao Piauí, fazendo cessar o uso das denominações viscondistas e antiviscondistas, que colocavam os partidos do Piauí, na posição não de partidos, mas de grupos de afeto ou desafeto, dirigidos a um único indivíduo.³⁸

As eleições de 1846 não foram diferentes das efervescentes eleições de 1844. Como ocorria nessas conjunturas, fora enviado ao Piauí um responsável pela organização da província e pelo processo eleitoral. Em substituição ao Conde do Rio Pardo foi nomeado, por carta imperial, Zacarias de Góis e Vasconcelos,³⁹ que governou de junho de 1845 a setembro de 1847, quando foi substituído por Marcos Antônio de Macedo.⁴⁰ Essa nomeação causou uma enorme insatisfação nos conservadores piauienses.

Artigo redigido no dia 11 de novembro de 1847 por um anônimo, e publicado no Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1848, registrou grande indignação com a situação da província do Piauí. O remetente afirmava não pertencer a partido algum, contudo, era evidente sua insatisfação com o governo de Marcos Antônio de Macedo, que teria sido enviado para cumprir os interesses do Dr. Alencar, amigo próximo de Lívio Lopes.⁴¹ O remetente, que utilizou o pseudônimo O Fidedigno, informava que ainda há pouco tempo havia satisfação na província com a administração do Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos. Entretanto, agora a província fora entregue “às unhas” de Lívio Lopes Castelo Branco, o ajudante de Raimundo Gomes em Caxias, e ligado aos Alencar no Exu. Afirmava temer pela tranquilidade da província, entregue a Marcos Antônio de Macedo e este a Lívio Lopes.

³⁶ Circulou entre 1846 e 1852. Impresso na Tipografia Imparcial, de J. da S. Leite. Publicado aos sábados.

³⁷ MAIS um periódico em Caxias! **Jornal Caxiense**. Caxias, ano 1, n. 12, p. 3, 24 maio 1846.

³⁸ CARVALHO, Flávio Fernandes de. Ressentimentos políticos e relações de poder no jornalismo de Lívio Lopes Castelo Branco: 1835-1852. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 88.

³⁹ Advogado e político brasileiro, nasceu em Valença (BA), em 5 de novembro de 1815 e morreu no Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1877. Foi presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná, deputado provincial pela Bahia, presidente da Câmara dos Deputados pelo Paraná, deputado geral, senador do Império, ministro da Marinha, da Justiça, da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes.

⁴⁰ Advogado, escritor e político brasileiro, nasceu em Jaicós em 18 de junho de 1808 e morreu em 15 de dezembro de 1872. Filho de Antônio de Macedo Pimentel e de uma índia acoroá. Foi criado por Dona Maria de Macedo Pimentel, sobrinha de Bárbara de Alencar. Presidente da província do Piauí de 7 de setembro de 1847 a 14 de março de 1848.

⁴¹ CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Em artigo de 29 de dezembro de 1847, ao referir-se à gestão de Marcos Antônio de Macedo, à qual tecia fortes críticas, o remetente pontuava:

Não descerei a outros fatos da governança Lívio-Macedo, seria um tecido de horrores incríveis à fé mais robusta. Pelo que poderia acrescentar darei um só que valerá por todos: Lívio Lopes acaba de partir para Campo Maior, nomeado coronel-chefe da Guarda Nacional, levando carta branca para fazer o que aprover! Para quem conhece Lívio Lopes, este só fato da presidência basta para qualificá-la devidamente.⁴²

Ainda insatisfeito com a declaração dada sobre a administração de Macedo e, para justificar o suposto equívoco cometido pelo presidente, ao nomear Lívio Lopes para um importante cargo, declara:

Lívio Lopes, o filho pródigo, o salteador de Caxias, o revolucionário de toda a parte, o cão danado da família, repellido pelos seus mais próximos parentes, contra cujas vidas tentou. Este é o homem mandado com autoridade tão elevada para o termo de suas primeiras façanhas, onde residem seus parentes e inimigos, onde saciara seus ódios contra inocentes, culpados no tribunal da sua vontade!⁴³

Mais uma vez percebemos a divulgação do mesmo discurso construído desde 1839 sobre Lívio. Ele continuava a ter essa mancha sobreposta à sua honra, e quanto mais participava ativamente da política, da administração pública e da imprensa, mais os seus opositores se utilizavam desses discursos depreciativos para tentar desprestigá-lo.

Com o Partido Liberal à frente dos gabinetes de 1843 a 1849, Lívio percebeu a oportunidade de um triunfo liberal na eleição para deputado geral. Contudo, no ano de 1849, quando foi eleito o juiz de paz mais votado de Campo Maior, as eleições de 1849 ainda estavam em discussão, resolvendo-se apenas em 1850, quando o gabinete liberal já perdera o poder. No final de 1849, os grupos conservadores retomam a liderança do gabinete ministerial. Com isso, são enviados às províncias novos presidentes.

Ocorre, então, a nomeação de José Antônio Saraiva.⁴⁴ O novo presidente tratou logo de organizar as lideranças conservadoras da província para a formação de uma chapa para as futuras eleições. De um lado, estava o grupo liderado por Saraiva. Do outro, o grupo do qual

⁴² CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

⁴³ CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

⁴⁴ Advogado e político brasileiro, nasceu em Santo Amaro(BA), em 1823, e morreu em Salvador em 1895. Fez notável carreira política. Presidiu a província do Piauí de 7 de setembro de 1850 a 12 de março de 1853. Após, assumiu o mesmo cargo em Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi deputado provincial, senador, presidente do Conselho de Ministros, ministro dos Negócios Estrangeiros, da Guerra, da Marinha, da Fazenda e do Império. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

Lívio participava, os liberais. A disputa era totalmente desigual. Saraiva era presidente da província, recebia apoio de seus correligionários e, ainda, era tutelado pelo gabinete ministerial. Enquanto isso, Lívio esperava receber o apoio dos líderes liberais da província, o que não ocorria em sua plenitude.

UMA MEMÓRIA VOLUNTÁRIA

Iniciaremos com a afirmação de que as eleições de 1852 foram as mais dolorosas para Lívio Lopes, e ele mesmo escreverá posteriormente acerca de suas frustrações. Esses registros pessoais carregados de ressentimentos revelam aspectos da sua memória voluntária, muito oportunos para entendermos a memória como auxiliar da história.

Insatisfeito com o desfecho das eleições anteriores, Lívio candidatou-se em 1852, porém, dessa vez, assumiu uma postura mais conciliadora, inclusive, favorecendo a articulação entre liberais e conservadores. De acordo com correspondência de 20 de agosto de 1852, publicada em *O Grito Nacional*,⁴⁵ ele lançara sua candidatura e solicitava o apoio dos amigos, como vemos a seguir:

[...] Dirão alguns que a quadra é má para mim, porque sobre a questão de princípios e ódio pessoal que me vota o presidente da província, será a causa da minha derrota! Aqui cabe dizer, que sobre pedir e aceitar toda a proteção do Partido Liberal, eu a tenho também pedido aos saquaremas prudentes, honrados, e conscienciosos, que não são meus inimigos pessoais. Nisto portei-me com dignidade e conveniência geral; com dignidade porque excetuando meus inimigos pessoais, entendo que os outros que apesar de serem do outro lado, mas que nas causas particulares nutrem comigo relações de amizade, podiam proteger e podem na eleição sem quebra de seus princípios: conveniência geral, porque sem dever a minha eleição a esforços dos meus amigos de ambos os partidos, a quem procuro, meu dever será servir justamente a todos em geral, advogar a causa da província inteira, única causa que hoje convém segundo estado excepcional, em que se tem achado a mesma província pelas nossas eleições passadas.⁴⁶

O trecho acima mostra o grande desejo de Lívio de tornar-se deputado. Em artigo fundamentado na Constituição do Império e nas leis referentes às eleições, percebemos um Lívio Lopes mais maduro e flexível, tecendo relações com ambos os partidos, e não se preocupando com as possíveis críticas que receberia. Ao lermos este artigo, percebemos que

⁴⁵ Jornal fluminense que circulou de 1848 a 1858. Impresso na Tipografia Guanabarensis. Publicado aos domingos, quartas e sextas.

⁴⁶ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco, pela província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, ano [...], n. 450, p. 3-4, 29 set. 1852.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Lívio estava convicto de que receberia o apoio dos liberais, buscando, assim, somente a ajuda e proteção de alguns senhores do partido saquarema, pois ele julgava possuir boas relações com vários desses senhores.

No andamento das eleições, a força e a influência do presidente da província, José Antônio Saraiva, acabaram por impedir o alcance dos objetivos de Lívio Lopes. Face a essas dificuldades, Lívio publicou a seguinte nota:

No seu Grito n. 450 tive a honra de ver reimpressa a circular que redigi aos piauienses, apresentando-me candidato a eleição geral por esta província, depois de achar-me acolhido pelas influências locais. Fui sinceramente aprovado pelos Constituintes, ou Republicanos, e traído como era de supor pelos cartistas egoístas, e guerreado pelo Saraiva, e pelos ministros da Coroa, e seus imprudentes e infames galegos, e sicários! Entre a precisão de uma luta sanguinolenta e a desistência da pretensão, preferi a última; abandonei, pois, a eleição. O sangue de nossos patrícios é tão precioso para mim, que não devia arriscá-lo, máxime, em uma desordem que daria motivos para o infame Saraiva, o valido especial do Gonçalves Martins, esmagar-me e aos Constituintes, ou Republicanos da província, como tanto anelam!⁴⁷ (grifos do autor).

Embora seja tentador analisar a relação conturbada entre Lívio Lopes e o presidente da província, José Antônio Saraiva, este não é objetivo deste estudo. Aqui, nos detemos nas falas de Lívio Lopes acerca de seus desagradados. Em carta enviada ao Rio de Janeiro para ser publicada, e com o intuito de descrever sua trajetória de vida, Lívio Lopes trata de seus caminhos na política:

Foi em 1831 que principiei a envolver-me em política. Havia abdicado o primeiro imperador, e dominava (ao menos eu acreditei) a política de princípios.

A democracia tinha tomado seu lugar: a ideia geral, a opinião pública, acompanhavam o governo. Tínhamos sinceramente as franquezas do Ato Adicional.

Bebi teoricamente essas ideias na juventude: praticamente achei-me em campo com os homens verdadeiramente liberais.

Em Caxias, onde então me achava, quase sempre nos melhores círculos, dominava até com preferência a tudo, os princípios republicanos. Procurei possuir os melhores livros que tratavam sobre essa forma de governo, e sobretudo estudei a história dos Estados Unidos da América. Logo depois, e em várias épocas, e a pedido dos meus amigos (a despeito de não ser para isto muito habilitado) redigi alguns periódicos. O último foi o Argos Piauiense, que acabo de suspender por já não poder lutar com a oligarquia. Retiro-me bem da política, porque chegamos enfim a uma época tão calamitosa, que um

⁴⁷ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

ministro de estado declarou em pleno parlamento, que a política do governo era as das relações pessoais.⁴⁸

Lívio Lopes narra o início de sua vida, na política, e seu interesse pelo direito. No fragmento, podemos perceber uma memória declarativa, uma ação de rememoração, uma dimensão pragmática da memória. Para além disso, percebemos como ele sente a necessidade da marcação temporal e espacial, delimitando quando e onde esteve, o que Paul Ricoeur chama de memória dos lugares e polo da mundanicidade da memória.⁴⁹

Vejamos parte de sua narrativa:

Por esta bandeira acabo de fazer os maiores sacrifícios. Por causa da minha dedicação a ela, acabo de ser atrozmente guerreado pelos oligarcas, na minha candidatura a deputação geral nesta província, e atraído por muitos dos meus antigos amigos, que como o Sr. Dr. Neto, bem não querem à Constituinte. Era preciso pois ou ir adiante, ou recuar. Tomei o último acordo. Tenho, pois, necessidade que todo o país conheça as causas do meu procedimento. As relações que cheguei a adquirir, por sem dúvida, exigiram esta declaração. Republicano por princípios, sacrifiquei quase sempre as minhas convicções, as dos meus amigos monarquistas constitucionais. Muito deles, tive sobejas razões para conhecer que, na melhor boa-fé possível, trabalham para a felicidade do país, convencidos de que o progresso, e a justiça não eram incompatíveis com esse sistema. Achavam-se enganados, e iludiram-me. O regresso tomou coragem. A oligarquia está hoje no pé em que se achava em 1831. Os ministros do Sr. D. Pedro II em 1852, e 1853, professam à risca, seguem, praticam tudo quanto praticavam os do Sr. D. Pedro I em 1830[...].⁵⁰

Sua narrativa aparece carregada de ressentimentos. Ele declara que sempre fora fiel aos interesses brasileiros, sempre sacrificando seus desejos pessoais em prol do bem da nação. Ainda diz que as oligarquias que estavam no poder representavam o Regresso, que seguia à risca as práticas de D. Pedro I.

[...] Com os oligarcas nada, nada, absolutamente nada me convém – prefiro antes a tirania. Com os monarquistas constitucionais não posso continuar, porque os sacrifícios de vinte anos na minha pessoa, e bens, os fatos que tenho de memória a cada dia, e a ingratidão que acabo de sofrer de alguns deles, sendo certo que outros existem cuja amizade prezo, cuja probidade e instrução respeito, me inibem de continuar nessa luta de relações pessoais, e de afeições, e desafeições, ou condescendência, com graves prejuízos, sem nenhum proveito sério para o país. Por sem dúvida me acho no círculo dos

⁴⁸ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

⁴⁹ RICOEUR, 2007.

⁵⁰ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Republicanos como políticos de princípios, que sigo, mais sem poder desde já, ser-lhes efetivamente oficioso. E como!? Pela imprensa? Não: porque desde o momento que uma folha republicana se escrevesse nesta província, e por algum que fosse capaz de mover as massas, seria vítima de punhal, e do bacamarte![...].⁵¹ (grifos nossos).

Neste fragmento de sua carta, Lívio afirma que não continuaria apoiando os monarquistas constitucionais, pois sacrificara mais de vinte anos de sua vida, além de seus bens, não sendo correspondido, quando precisou, diz que o que restou foi a ingratidão destes, e que guarda todos esses fatos na sua memória. Observamos que essa carta está impregnada de uma dimensão afetiva da memória, uma memória voluntária e ressentida. Percebemos o esforço de memória que Lívio Lopes realiza ao narrar todos esses fatos, para ele, seguramente, traumáticos.

Os documentos analisados no desenvolvimento desta pesquisa mostram que o desejo de Lívio Lopes era pleitear uma cadeira de deputado geral. Durante toda a sua vida pública militou em favor do Partido Liberal e dos monarquistas constitucionais. Por isso, acreditava que eles lhe seriam gratos e retribuiriam com o apoio à sua candidatura, daí a frustração e o ressentimento. No fragmento abaixo, extraído de carta de 1853, podemos observar melhor esses aspectos:

Há tempo que os ministros da Coroa, de entre os tiranos da pátria, muito me recomendam especial e reservadamente aos presidentes dessa província; mas eu não esperava que isso se desse nesse ministério do Souza Ramos, cuja elevação deve aos meus esforços em 1844!! Ele sabe que deveu a sua candidatura nessa época, por esta província, especialmente aos meus esforços, repito-o, porque, a ingratidão é um vício contra a natureza; e se o duvidar, aí farei publicar as cartas que me dirigiu a esse tempo, e os seus amigos Drs. Bahia, Borges, e Sales, que não podem duvidar juntamente do que o S. Exa. conferenciou comigo no Maranhão quando então se me fez acreditar que era democrata, e sinceramente pertencia ao Partido Liberal: mas os egoístas, e monarquistas oligarcas são todos da mesma estofa; ele não devia ser exceção, tendo sobretudo por companheiro o ministro da Marinha, a quem eu dei uma lição mestra em 1847, nesta mesma província, onde então já não estava tão inocente como em 1844.⁵² (grifos do autor).

⁵¹ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

⁵² CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

Esse fragmento não deixa margem a que se refute nossa interpretação. Lívio Lopes constrói uma memória voluntária. Jacy Alves de Seixas,⁵³ ao tratar das relações entre memória involuntária e memória voluntária, explica que a última pode ser definida como uma memória exercitada, praticada, que requer um esforço intelectual, o recurso a uma forma inteligente de representação do passado.

Lívio Lopes não ignorava a força das palavras e sua permanência no tempo, ao divulgar sua vida e seus sentimentos:

Enquanto na banca de advogado (da roça, não pensem os sábios e os formados que lhes quero ombrear), e na lavoura, achar recurso para sustentar-me, e a minha família, espero em Deus poder viver com alguma independência, e honra! Tenho sobretudo, a glória, o prazer de manifestar aos meus concidadãos, que fui um político de vinte anos, que nunca fui pesado aos cofres públicos. Rejeitei sempre estes pequenos empregos pelos quais muita gente há cometido as maiores indignidades; acabei mesmo de atirar a cara do governo essa patente de coronel da G. N. desde que passou a lei da chibata. Desde que na G. Nacional deixou de ser soldado, o cidadão criado pela Constituição, que bem já não existe de fato. Peço só aos oligarcas que me não mandem arrancar a existência. De Fernando não tenho medo, porque não sou criminoso. Para recrutar não sirvo porque tenho todas as isenções da lei. Peço aos meus verdadeiros amigos, que seguem os princípios monárquicos constitucionais, que desculpem a minha franqueza. Os meus ressentimentos, as minhas fadigas não podiam continuar em prova, sem me obrigar a alguma causa extraordinária. A melhor, entre todas, foi recolher-me ao silêncio. Sou, pois, Republicano de princípios, mas de presente vejo-me privado de pôr-me ao campo com os amigos.
Piauí, 25 de fevereiro de 1853.
Lívio Lopes Castelo Branco.⁵⁴

Uma das grandes riquezas da carta deriva de o próprio Lívio Lopes enfatizar as razões de suas fadigas, desgostos e ressentimentos. Percebemos que ele tenta justificar suas ações e para isso constrói um discurso que mesmo não tendo uma intencionalidade direta, tornar-se-ia um discurso oposto ao do jornal *O Telégrafo*, que inicia a construção de sua memória negativa. Se esses discursos incorporavam uma dimensão inconsciente, trata-se de uma memória subterrânea, uma memória que tenta se firmar e buscar seu lugar no meio social, conquistar aceitação.

⁵³ SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

⁵⁴ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Outro exemplo dessa tentativa de associar o seu passado a outras experiências que não às traumáticas desventuras do pós-Balaiada pode ser visto neste fragmento:

Criado na abundância, com bastante bens, e crédito até 1839, época em que por fatalidade, e seduzido por atenções, e demasiado credo nas insinuações de falsos amigos me envolvi na desgraçada revolução do Maranhão, ou antes nela me envolveram. E necessitado de defender-me de cruentos inimigos, comprei, quando estive em Pernambuco em 1840, alguns livros, e depois a paixão pela leitura obrigou-me a ir adiante, e muito especialmente na legislação do país.⁵⁵

Vemos como Lívio Lopes justifica sua entrada na Balaiada, afirmando que fora colocado nela por falsos amigos. Vivia na abundância até 1839, quando por fatalidade foi enganado e convencido a juntar-se aos rebeldes. Percebemos que ao se referir à Balaiada, ele a menciona como “desgraçada revolução”, evidenciando dessa forma que não se orgulhava dessa participação e tinha uma certa vergonha de ter aderido ao movimento.

Paul Ricoeur, quando discute os usos e abusos da memória, e especialmente o nível patológico da memória, a dimensão da memória impedida, ajuda-nos a perceber a importância de se pensar sobre os traumas, as frustrações, as dores das perdas, os desgostos. Ricoeur se apropria dos estudos de Freud para estabelecer comparação entre o trabalho do historiador e o do psicanalista. Para Freud, é importante que o paciente tenha a iniciativa e o incentivo de exercitar a fala, a declaração do que ocorreu consigo. Trata-se de um trabalho de luto⁵⁶.

Ricoeur, assim como Freud, acredita que é preciso que aquele que sofre, seja qual for o nível do sofrimento ou dos seus ressentimentos, relate e exteriorize seus anseios e frustrações para que ele mesmo se sinta melhor, evitando cair em melancolia profunda, melancolia essa que faz com que o sujeito não consiga superar seus problemas – os mais íntimos e os externos. Daí a importância do trabalho de luto, o trabalho da linguagem, da fala, da declaração, do testemunho.

Observamos em todos os escritos de Lívio Lopes aqui analisados, principalmente o fragmento de sua última carta, que ele sentiu a necessidade de expor seus problemas e convicções, de falar aos leitores, de declarar as suas frustrações e os seus ressentimentos. Ele realizou o que Freud e Ricoeur denominam de trabalho de luto, forma eficaz, porém dolorida, de superação dos traumas e das frustrações em qualquer forma ou grau. Finalizamos este estudo com essa tentativa de mostrar como Lívio Lopes enfrentou suas desilusões e procurou dar visibilidade à sua história de vida, tentando se desvincular das marcas negativas que foram apostas à sua memória ao longo dos anos.

⁵⁵ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Ao público. **O Repúblico**. Niterói, ano [...], n. 87, p. 3, 22 jul. 1854.

⁵⁶ RICOEUR, 2007. p. 83-93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, ao relacionarmos história e memória, pudemos perceber, afirmando as posições de Paul Ricoeur, que a história se utiliza da memória para construir narrativas às quais credita o caráter de fidedignidade e veracidade na representação do passado.

Apoiados teoricamente em Pierre Achard, analisamos a criação e a circulação do jornal *O Telégrafo*, significando os textos como tentativas de enquadramento de uma memória oficial, como também salienta Michael Pollak. Percebemos como as repetições dos discursos depreciativos sobre Lívio Lopes Castelo Branco, encontrados nas folhas do *O Telégrafo*, padronizaram uma forma de narrativa que será encontrada em diversos escritos do século XIX, sobretudo porque esses escritos, na sua maioria, eram produzidos por indivíduos que ocupavam um lugar social e institucional comum, o de irem contra toda e qualquer tentativa de revolta contra o recém-nascido Estado Imperial Brasileiro.

Pudemos, a partir de fontes consultadas, mapear, mesmo que de forma inicial, alguns dos muitos momentos em que Lívio Lopes era descrito como covarde, rebelde, bárbaro, salteador, entre outras qualificações negativas. Observamos esses discursos em *O Telégrafo*, em seguida, em falas no Parlamento Brasileiro e, por fim, em diversos jornais que ora ou outra publicavam matérias de interesse privado, provavelmente originárias de inimigos pessoais do político campo-maiorense.

Esse percurso discursivo, iniciado em 1939 com a criação de *O Telégrafo* perdurou, mesmo depois da morte de Lívio Lopes e estabeleceu e consolidou essa memória problemática que o perseguiu fortemente. Apesar de seu exaustivo trabalho no sentido de desvincular-se dessas nomeações que definimos como memória problemática, seus esforços não foram suficientes para que sua própria narrativa dos fatos conquistasse lugar de destaque.

Ao contrário, apesar de suas tentativas e, posteriormente, das narrativas do filho, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco,⁵⁷ visando a sua defesa, a memória que ficou foi a elaborada e reproduzida por seus inimigos. Com isso, percebemos como os discursos podem persistir veiculando e exercendo o poder e como a memória pode ser um pesadelo, capaz de assombrar até postumamente os homens e as mulheres que um dia fizeram história e tentaram mudar o mundo.

⁵⁷ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí**. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014. p. 117-129.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Esta pesquisa reitera os ensinamentos de Jeanne-Marie Gagnebin, em *Após Auschwitz*,⁵⁸ e o significado de elaborar o passado, de Márcio Seligmann-Silva, em *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*⁵⁹ e de Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. Embora suas perspectivas sobre as relações entre História e Memória possam parecer opostas, trazem grandes contribuições com relação ao papel do historiador e sua importância na luta contra o esquecimento, tanto das histórias quanto das memórias, recuperando para o presente, de alguma maneira, aqueles sujeitos enterrados no esquecimento.

⁵⁸ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Após Auschwitz*. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 59-81.

⁵⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021